

## **“Morte, onde está a tua vitória?”**

### **I. A compreensão teológica da morte e da imortalidade**

#### **1. Alguns aspectos do vasto pano-de-fundo bíblico**

As escrituras sagradas não definem com exatidão o que vem a ser a morte, ela aparece mais de forma indireta como um dos muitos pontos de referência da mensagem divina. Ainda assim o tema da morte e de sua superação atravessa o testemunho bíblico. Enquanto que no AT encontremos apenas “sombas” da superação da morte, o NT proclama de forma certa e inequívoca a vitória sobre a morte que aconteceu em Jesus Cristo (1 Co 15,57). Enquanto que para o velho Israel era ainda muito difícil ligar a questão da morte com a adoração a Deus, o NT parte da premissa, de que a vitória de Jesus sobre a morte traz como consequência inequívoca a participação de todos os crentes na vitória por ele alcançada – ele é visto como o primeiro de muitos irmãos a vencerem a morte; porque ele ressuscitou, nós, os que cremos, também ressuscitaremos para a vida eterna.

Para o AT, os mortos são impuros. Tudo o que é morto não deve ser tocado. O contato com os mortos é expressamente proibido (Lv 19,31; 20,6; 21,1; Dt, 14,1s; 18,11). Toda e qualquer adoração ou culto a mortos é rejeitada. Javé é, para o israelita, o Deus da vida, o Deus dos vivos e o Deus da história. Os mortos tem a sua comunhão com Deus obstruída, e não podem louvar a Deus (Sl 6,6; 30,10; 88,11-13; 115,16-18). Vivem em um mundo sombrio, cortados do mundo dos vivos e separados de Deus (Sl 88; Is 38,18). O morto é descrito como “sombra”, não sendo mais contado entre os vivos (Is 26,19; Ecles 9,5s.10). O *Scheol* é, no AT, símbolo do mundo daqueles que estão afastados de Deus, na esfera da morte. (Sl 18,5s; cf. as descrições de Is 14,9-11; 38,10ss; Sl 88 e Ez 32,17-32). Como esfera da morte, não há volta do *Scheol*. Vale ressaltar, que o *Scheol* é visto como uma espécie de local dos mortos, e não ainda como local dos condenados. Algumas vezes o próprio “sepulcro” é visto como lugar dos mortos (Is 22,16).

Ninguém pode fugir do poder do mundo dos mortos, o qual invade inclusive a esfera da vida (Pv 7,27; Sl 18,5s; 116,3). As doenças e catástrofes naturais eram vistas como invasão da morte no mundo dos vivos. A morte é juízo de Deus sobre o pecado humano (Sl 90,7ss). O AT fala mais da salvação diante da morte e não tanto da salvação da morte (Sl 9,14; 16,10; 30,4; Is 38,10).

Chama à atenção, que Israel por longo tempo não ligou o poder de Deus ao mundo dos mortos. Uma esperança de que a comunhão com Deus não era interrompida com a morte aparece apenas nas fronteiras do AT (Jó 14,7ss; Sl 115,17; Sl 73,23-38; Sl 49,16), podendo ser destacada com mais exatidão apenas em passagens da literatura profético-apocalíptica do AT (Is 26,19; Dn 12,2). Também são raras as imagens de como poderia ser o além, o que acontecia com frequência nos povos vizinhos. Para o AT a morte é um mistério inexplicável, quase tabu. Embora

se mencione sempre de novo que as pessoas eram reunidas a seus pais (Gn 47,30; 49,31; 50,25; 2 Sm 17,23 etc), perguntava-se, onde afinal os que morriam estavam (Jó 14,7ss esp. 10), sem que se obtivesse uma resposta realmente satisfatória. Deus tem poder também sobre o Scheol (Am 9,2; Sl 139,8; cf. Os 13,14), mas para o homem veterotestamentário, parece que o Scheol está além dos interesses de Deus (Is 38,11; Sl 88,6.11). A esperança da superação da morte aparece apenas em poucas passagens (cf. Is 24-27; Dn 12, esp. 12,2, onde é mencionada a ressurreição dos mortos, tanto para a vida, como para a morte).

Uma luz clara sobre a morte e sobre sua superação veio apenas com Jesus Cristo. É a cruz de Cristo que irá, pela primeira vez e de modo definitivo, mostrar o que são, na verdade, o pecado e a morte. Já Jesus polemizava com os saduceus, que não acreditavam na ressurreição: “Deus é um Deus dos vivos” (cf Lc 20,37ss). O que para o AT era uma tênue esperança, tornou-se com a vinda de Jesus em certeza da fé. Muitos dos cristãos primitivos contavam que iriam experimentar a parusia de Cristo ainda nos dias de sua vida (1 Ts 4,13-18). Paulo liga a morte de forma direta e profunda com o pecado: os dois se encontram, para ele, em conexão dinâmica: Rm 6,23; 5,12. A morte é a forma como Deus nos encontra como juiz. Ela é o juízo de Deus sobre o pecador. Por isso a morte nos põe em contato imediato com o juízo final e derradeiro de Deus. Deus é, por outro lado, o Deus que chama os mortos à existência e os ressuscita (Rm 4,17; 2 Co 1,9). A morte e a ressurreição de Jesus significam a nossa salvação (Rm 4,24s), pois ele tomou as nossas culpas sobre si (Is 53). Porque Cristo morreu por nós, o nosso pecado pode ser perdoado. E o perdão livra das garras da morte. E a ressurreição de Jesus tem como consequência a nossa ressurreição (1 Co 15,12-20; cf. Jo 11). Contudo, importa ver que a vitória sobre a morte participa da tensão escatológica do “já agora” e do “ainda não”, que é característica da escatologia neotestamentária. Jesus Cristo já venceu a morte e perdoa nossos pecados já agora por graça e pela fé na sua obra (justificação). Ao mesmo tempo a morte é vencida nesta vida apenas na medida em que vivemos no batismo (Rm 6). A morte foi já no passado por Cristo derrotada (1 Co 15,57s) e todos os que crêem em Cristo já tem a vida eterna agora (Jo 3,16ss). Aos nossos olhos visivelmente aniquilada ela será, contudo, apenas por ocasião da vinda de Cristo que trará consigo a ressurreição dos mortos. Jesus Cristo tem, portanto, as chaves do Hades em suas mãos (Ap 1,18). Ressurreição é sempre ressurreição do ser humano como todo, incluindo a dimensão da corporalidade (1 Co 15,35ss). Cristãos receberão uma nova expressão corporal glorificada (2 Co 5,1ss). *Como* o “corpo espiritual” será, não nos é revelado, a não ser que será imortal e incorrupto. Jesus Cristo aniquilou e destruiu o poder da morte, vencendo o último inimigo da humanidade (1 Co 15,26). Por isso, nenhum poder, nem a morte, pode mais separar alguém do amor de Deus (Rm 8,1.38ss). “Em verdade, em verdade vos digo: se alguém guardar a minha palavra, não verá a morte, eternamente” (Jo 8,51). O morrer com Cristo acontece já aqui, na vivência diária do batismo (Rm 6,4), e é consumado na hora da morte. Nossa nova vida está abscôndita com Cristo (Col 3,3). Para os que não crêem, está reservada a cruel realidade da “segunda morte” (Ap 20,14; 21,8 etc).

Haverá uma chance de salvação para os que nunca foram confrontados com o evangelho, i.é daqueles que não pertencem nem aos que creram nem aos que permaneceram incrédulos diante da pregação do evangelho? Esta pergunta é de difícil resposta. Não o sabemos! Há teólogos que tentam articular tal possibilidade a partir das passagens neotestamentárias que falam da descida de Jesus aos infernos, onde teria pregado o evangelho “aos espíritos em prisão” e aos “mortos” (cf. 1 Pe 3,18-22; 4,6!). Embora estas passagens sejam de certa forma de difícil interpretação, parecem elas conter uma tênue chance de esperança. Contudo, não fica claro o que esta pregação de Jesus significará com relação ao destino eterno deste grupo de pessoas, que, inclusive, nem se deixa determinar com clareza em sua identidade. Vale destacar, contudo, que tais passagens se encontram mais na periferia do testemunho neotestamentário, de modo que não deveríamos torná-las, sem mais sem menos, em declarações centrais da esperança cristã. Positivamente poderíamos, contudo, afirmar, que nem o inferno ou o mundo/dimensão dos mortos escapou da influência salvífica de Jesus. Justamente ao inferno, que descreve o ponto mais profundo da perdição de um ser humano, Jesus Cristo foi, não estando nem mesmo este fora do senhorio dele.

## 2. Reflexões de caráter sistemático-teológico

### 2.1. A necessidade de uma compreensão *teológica* da morte

Todos os seres humanos terão que morrer. A nossa vida não é outra coisa, a não ser um permanente e irreversível e irrevogável curso para a morte – de suas garras ninguém pode fugir. Esta não é apenas uma sentença que corresponde à mais universal das experiências humanas, pois corresponde também à verdade que nos foi revelada nas escrituras sagradas (veja acima). Há, contudo, uma diferença fundamental entre afirmações meramente empíricas ou científicas a respeito da mortalidade do ser humano e aquilo que chamamos de “compreensão estritamente teológica” da morte. Pois a morte em seu significado mais profundo e derradeiro não é algo simplesmente constatável pelas ciências humanas, nem pelas experiências feitas no seio das culturas da humanidade. A morte acerca da qual as escrituras nos falam é conteúdo de revelação, o qual só pode ser apreendido pela fé, isto é, crido. E a maior das tarefas teológicas que temos hoje, como teólogos que vivemos na assim chamada época moderna ou na pós-modernidade, consiste justamente em diferenciar estes dois aspectos tão cruciais para uma correta compreensão da morte.

A visão acerca da morte que predomina em nosso contexto de modernidade e pós-modernidade é aquela que nos é intermediada pela biologia e pelas ciências humanas e/ou naturais modernas, que tendem a entender a morte sob o ponto de vista mais biológico ou psicológico, em todos os casos fenomenológico. A medicina e a psicologia lidam, sob o ponto de vista da teologia, apenas com algumas dimensões deste fenômeno misterioso e profundo, que é a morte. Da mesma forma que o fenômeno da vida é explicado em categorias *meramente biológicas ou psicológicas*, assim também a morte: a nossa existência psicossomática ou psicofísica irá, a e-

xemplo da existência de todos os seres vivos, terminar. O ciclo da vida terá que chegar a um fim. As células e os órgãos vitais um dia adoecerão ou se esgotarão. A nossa existência está inserida na história cósmica de todos os seres do universo. O mesmo pó que constitui o universo, nos forma e, um dia, ao expirmos, os elementos orgânicos que nos constituem voltarão a fazer parte deste universo infinito, do qual saímos. Sob o ponto de vista sociológico, todas as nossas relações sociais são, com a nossa morte, abruptamente cortadas. Estes são alguns dos elementos daquilo que poderíamos chamar de uma compreensão “natural” da morte, que impera em nossos dias.

A partir desta compreensão da morte, o grande esforço de todas as ciências está concentrado no prolongamento e na melhoria da vida humana. Pelo fato de não haver meios de fugir da morte, cumpre limitar o seu campo de ação, encurtar seu poder sobre a vida e prolongar a vida. A morte deve ser expulsa para as fronteiras mais externas e mais longínguas da vida. Esta é a tarefa principal da medicina, cujo empenho se concentra em, se possível, aniquilar os contínuos focos e as contínuas manifestações da morte em nossa existência psíquico-física. O mesmo acontece com a psicologia em todas as suas dimensões, pois também a alma do ser humano está doente. Da mesma forma é esta a função da política, que através das constituições reinantes em cada país não quer outra coisa a não ser a possibilitação e a conservação da vida entre a população civil.

Embora também a teologia jamais negue a real necessidade de se conter o poder e o campo de ação da morte em todas as esferas do saber e do agir humanos e em todas as ciências, ela se fecha à uma compreensão meramente psíquico-física ou científico-fenomenológica da morte. Fazer da morte um fenômeno meramente patológico, é, aos olhos da teologia, um desprezo arrogante e um desconhecimento profundo da morte. Neste sentido, vivemos em uma época em que há uma hiperconcentração em formas de superação biológica ou psicológica da morte como algo patológico. Uma visão teológica irá mostrar, que tal compreensão da morte como uma espécie de patologia a ser tratada é uma redução do significado da morte. Esta crítica à redução da morte à um fenômeno meramente psíquico-físico empiricamente verificável não significa, que a teologia não reconheça os esforços de todas as demais ciências em conter e em sufocar o poder da morte. Ela nega apenas sua capacidade de definir com profundidade o que é a morte e, acima de tudo, sua capacidade de superar a morte. Neste sentido, a morte deve ser combatida no âmbito de todas as ciências, em especial na medicina, bem como no âmbito da política. Teologicamente falando, porém, todos os esforços humanos fazem parte do agir *conservador* de Deus através de suas criaturas, e não do agir *salvador* de Deus. Em outras palavras: o combate às forças da morte reinantes em nosso mundo tem duas dimensões: uma conservativa e outra estritamente soteriológica. Ambas estão sob o agir de Deus: em uma ele age como o criador e conservador do mundo, em outra ele age como salvador e recriador do mundo. Uma vez ele age através da sua palavra como lei em seu uso político e com o fito de possibilitar a vida através do combate ao mal, outra vez através de sua palavra como evangelho e com o fito de dar a vida eterna

através da aniquilação do mal por meio de seu filho Jesus Cristo. Teologicamente falando, a esfera legítima de ação de todas as ciências, da filosofia e da política estão limitadas, pela palavra de Deus, à conter o mal e a prolongar a vida, sempre tendo como referência a vida terrena do ser humano. O poder limitador da morte, que é exercido pela ação do homem no âmbito de todas as ciências jamais poderá ter, portanto, um caráter soteriológico ou salvífico,<sup>1</sup> quer dizer, ele está sempre limitado à vida terrena e jamais poderá intermediar a vida eterna. Já a teologia, como ciência fundamental e universalizante, nos confronta também com o evangelho, que é o poder de Deus através do qual um ser humano encontra a vida eterna.

Uma outra resposta, desta vez filosófica, para o fenômeno da morte, é a antiga doutrina filosófica da imortalidade da alma. Mas em todas as formas filosóficas desta doutrina que foram defendidas até hoje, a imortalidade jamais foi entendida como promessa, mas sempre como um *postulado*. A crença filosófica na imortalidade da alma ou numa existência pós-mortal parte da constatação de que a vida humana não teria sentido e nem lógica, se não se fosse postular algo mais, que vá além desta vida.

Qual é a nossa tarefa, como cristãos, em meio a estas formas de compreensão secularizadas deste fenômeno misterioso tão universal, que é a morte? Que respostas temos a dar?

Em primeiro lugar, cumpre reconhecer criticamente o momento de verdade de cada uma das compreensões científicas e filosóficas ou fenomenológicas da morte. E em segundo lugar, cumpre apresentar tanto os limites de tais compreensões, bem como os traços característicos de uma compreensão *teológica* da morte, a qual engloba e dá o sentido correto a todas as demais visões fenomenológicas da morte. Marca registrada de uma compreensão teológica da morte, é que o cristão não consegue excluir a perspectiva divina de sua compreensão de morte e daquilo que ela significa para o ser humano. Um compreensão teológica terá por tarefa falar da morte interrelacionando 3 polos: o homem, Deus, a morte. E, acima de tudo, o cristão jamais conseguirá falar da morte sem confessar ao mesmo tempo que Jesus Cristo morreu por ele e ressuscitou por ele para lhe dar a vida eterna (cf. 1 Co 15). A compreensão teológica da morte a vê, portanto, a partir de Deus, da relação com Deus, e, ao mesmo tempo, a partir de Jesus Cristo.

Resumindo: *Sob compreensão teológica da morte entendemos aquela visão da morte, que a vê englobada pelo agir de Deus com o homem, de modo especial pelo agir de Deus em Jesus Cristo.* E a tarefa teológica e dogmática atual consiste em, partindo de uma compreensão bíblica da morte, entrar em diálogo crítico com todas as demais compreensões que vigoram e determinam a consciência das pessoas em nossos dias, sejam elas de caráter popular, científico ou filosófico. A teologia é uma ciência universal que se encontra a serviço da universalidade da fé cristã. Por ser articuladora do senhorio de Deus sobre todas as coisas ela é por excelência uma *ciência conflitiva*, isto é, que articula o diálogo crítico entre a revelação de Deus e a sabedoria humana, levando sempre em conta que todas as manifestações humanas –

---

<sup>1</sup> O que aqui articulamos é, em suma, o cerne da *distinção entre os dois reinos*, que M. Luther defendia.

também a respeito da morte – podem estar profundamente marcadas pelo pecado.

A morte é, portanto, teologicamente falando, fim e começo (Jo 11,25s), perda (Rm 6,23) e lucro (Fp 1,21), castigo pelo pecado (Mt 15,4; Rm 1,32; 5,12; 6,21.23; 1 Jo 5,16; Tg 1,15) e redenção do pecado (Fp 1,23). A verdadeira morte não é a morte física, e sim, a morte eterna (inferno ou segunda morte). Justamente nestas declarações residem aspectos que não se deixam verificar de modo alguns pelas outras áreas do saber humano, sendo elas domínio exclusivo da teologia, a qual tem, entretanto, a tarefa de articulá-las criticamente com as demais áreas do saber.

## 2.2. A morte atinge o todo de nosso ser

Quem ou o que morre por ocasião da morte? O ser humano? Apenas o seu corpo? Esta pergunta não é tão simples de responder a partir das escrituras, como parece. A questão da morte coloca todo o falar teológico em perguntas quase que insolúveis, de modo que com humildade temos que reconhecer nossa limitação ao falar sobre este mistério. Ninguém pode se orgulhar de saber com absoluta exatidão, o que a morte é. Há apenas algumas linhas que se deixam destacar, não havendo unanimidade entre os intérpretes da bíblia sobre as mesmas. Falar sobre a morte e sobre a existência pós-mortal significa, portanto, pisar em terreno altamente escorregadio. A morte e a existência pós-mortal são temas que nos remetem aos mais externos limites de todo falar e pensar humanos.

Em primeiro lugar, é necessário vermos que o ser humano como totalidade psíquico-física sofre a morte como pena imposta por Deus devido ao pecado. A morte não atinge apenas uma parte do ser humano, mas sua totalidade, já pelo fato de a totalidade do homem como corpo e alma ser atingida pelo pecado.<sup>2</sup> Falar da morte como realidade que atinge o homem em sua totalidade como corpo e alma significa, que a morte não é apenas um fenômeno biológico-corporal, mas também um fenômeno pessoal ou existencial. Ela não é, portanto, apenas um acontecimento natural ou um processo natural que faz parte da evolução de todos os seres vivos. A morte é, acima de tudo, também uma realidade teológica. Para entendermos esta tese, que em si é controversa, importa distinguir entre dois pontos de vista, a saber o antropológico e o estritamente teocêntrico. Sob o ponto de vista meramente antropológico, a morte significa o fim absoluto do ser humano – antropologicamente impera uma absoluta descontinuidade entre a existência pré- e pós-mortal. Já sob o ponto de vis-

---

<sup>2</sup> A tradição católico-romana define, por sua vez desde a escolástica a morte como a “separação da alma do corpo”, uma definição que é ambígua. Se ela for entendida a partir das premissas da filosofia platônica, então a morte seria a libertação da alma do corpo. Se ela for entendida a partir das premissas da filosofia aristotélica, então a morte seria a dissolução do homem como unidade corpo-alma. Esta definição é problemática, por não observar que chega o fato de que a morte é, segundo as escrituras, basicamente castigo pelo pecado (Assim BEIßER, Friedrich. *Hoffnung und Vollendung*. (HST, 15). Gütersloh 1993, p. 307. Na teologia evangélica recente defendeu-se a assim chamada “teoria da morte total” (Ganztod – assim Werner Elert, H. Thielicke, Karl Barth e Eberhard Jüngel). O problema desta concepção é que a morte é vista tendencialmente como a perda da relação com Deus, de modo que ela carrega em seu bojo um gérmen nihilista. Esquece-se que a morte, que vêem corretamente como morte do homem todo não significa a perda da relação com Deus. A identidade e o ser do homem permanecem, por assim dizer, no coração de Deus. A morte não é absoluta descontinuidade, mas o agir de Deus garante também uma linha de continuidade pré- e pós mortal. Nesta concepção, a ressurreição é vista como absoluta nova criação por parte de Deus.

ta teocêntrico a morte não significa o fim absoluto do homem, pois o mesmo Deus que o criou continua a agir no homem também na morte e após a morte. Sob o ponto de vista teocêntrico há, na morte, também uma linha de continuidade, de modo que a minha existência não se perderá com a quebra do todo do meu ser na morte. Deus permanece fiel ao ser humano que criou, e esta fidelidade se mostra no fato de que ele guarda, por assim dizer, a identidade e a história do homem que morreu em sua totalidade. Este fato é trazido à expressão através da metáfora bíblica do “livro da vida” ou dos “livros”, nos quais se encontram registros a respeito da vida de cada ser humano (Ap 20,11-15).<sup>3</sup> A nova criação e a ressurreição retomam, neste sentido, a primeira criação, renovando-a e transformando-a por completo. A ressurreição dos mortos é a libertação definitiva dos mortos. Ressurreição é nova criação, mas não no sentido da criação de seres absolutamente novos, que nunca existiram, mas da recriação dos seres humanos que existiram já na primeira criação na totalidade do seu ser.

Resumindo, ao se falar da morte como algo que atinge o homem como todo, é necessário cuidar para não se cair no extremo de uma compreensão niilista da morte, como se ela representasse também a aniquilação da relação – boa ou má – vivida com Deus. Pois isto implicaria na perda da linha – teocêntrica – da continuidade existente entre o “eu” pré- e pós-mortal, que é garantida unicamente pelo agir de Deus – a continuidade está em Deus, e não no homem ou em alguma parte dele. Se atentarmos para este aspecto, então temos que ver o momento de verdade de se falar que o homem, em seu todo é um ser imortal, pois é o agir de Deus através da morte e da ressurreição dos mortos que faz dele alguém imortal. (Para mais aspectos, veja abaixo, no tópico sobre a imortalidade da alma).

### **2.3. A morte como juízo e graça ou como lei e evangelho**

Segundo as escrituras, a morte tem de ser vista decididamente como resultado do agir de Deus como juiz e como redentor no homem. A morte é, por um lado, sempre castigo e punição. Neste sentido ela tem de ser vista sob o ponto-de-vista da lei de Deus. Para o cristão, a morte pode se tornar, também, em libertação e plenitude. Neste sentido, ela tem de ser vista sob o ponto-de-vista do evangelho de Deus.

#### **a) A morte como juízo divino**

O testemunho bíblico é praticamente unânime em localizar a origem e o poder da morte, relacionando-os com a queda da humanidade, como algo que atinge a todos os seres humanos sem exceção: Gn 2,17; Rm 6,23; Rm 8,6; Tg 1,15. Na morte a Escritura resume todo o juízo sobre o pecado, no modo como ele atua tanto sobre o aspecto interno como externo da vida, num contínuo processo que marca o todo da vida humana até seu fim e, no caso dos ímpios, até mesmo no além (segunda morte). A morte reina no mundo devido ao pecado (Rm 5,12ss).

---

<sup>3</sup> A supra-mencionada tese da “morte total” (Ganztod) tem, neste sentido, o seu momento de verdade no fato de afirmar que a morte atinge a totalidade do homem. Seu erro consiste em definir a morte unilateralmente apenas a partir de um ponto de vista antropológico, sem incluir também o ponto de vista teocêntrico.

Vivemos em uma época, entretanto, que o falar bíblico da morte como salário pelo pecado (Rm 6,23) tem sido diluído e colocado em dúvida pelas conclusões apresentadas pelas ciências naturais como a biologia e pelas ciências humanas. Pelo fato de não entenderem o homem teologicamente, mas apenas fenomenologicamente, tais ciências descrevem a existência humana basicamente em categorias biológicas e sócio-culturais, de modo que a vida humana é vista como resultado do gigantesco processo de evolução dos seres, pelo qual o nosso universo está a passar. A morte do ser humano é vista “naturalmente”, em paralelidade à morte dos animais, e isto quer dizer, ela é vista como fazendo parte intrínseca do ciclo da vida. A morte é, e este é o ponto de convergência de todas as ciências naturais e humanas, uma estrutura da própria vida. Ela faz parte intrínseca da vida.<sup>4</sup>

No contexto de diálogo interdisciplinar em que vivemos hoje, este ponto de vista científico tem determinado por muitas vezes a visão dos próprios teólogos, que, numa tentativa de harmonizar a visão teológica e a das ciências tem afirmado que a morte não é, em sua origem, castigo pelo pecado, e sim, algo que faz parte da boa criação de Deus. Falar da morte como conseqüência do pecado contradiz os resultados da biologia e da paleontologia, por exemplo, que constata a morte como fenômeno já presente no mundo antes do surgimento do homem. Assim sendo, interpreta-se o falar bíblico da morte como castigo pelo pecado apenas como modo em que o homem egoísta experimenta o pecado concretamente. As perguntas críticas que teremos que fazer são as seguintes: pode a teologia, neste ponto, simplesmente partir dos resultados das pesquisas antropológicas modernas e ler as escrituras a partir dos mesmos? Pode a antropologia científica se tornar em critério para a antropologia teológica? Pode-se falar da morte como fenômeno neutro ou até mesmo bom/positivo e inclusive necessário? Se todo testemunho bíblico, principalmente o neotestamentário está interessado na aniquilação e na superação da morte como conseqüência do pecado, como pode-se falar ainda da morte como algo que faz parte da boa criação de Deus? Sem dúvida: a teologia deve, em nome da universalidade do senhorio de Deus sobre o mundo, procurar sempre o diálogo com as outras disciplinas do saber. O que não pode acontecer é que os resultados das análises de tais disciplinas venham a se tornar em critério para a interpretação da verdade bíblica. Para a teologia a própria escritura é o critério da verdade, de modo que o diálogo entre a teologia e as ciências e a filosofia, será, de princípio, sempre um diálogo altamente crítico e carregado de conflitos.

Assim sendo, temos que diferenciar mais fortemente entre o fim dos animais e plantas e a morte dos seres humanos.<sup>5</sup> A visão científica da morte como parte intrín-

---

<sup>4</sup> Neste sentido, há teólogos que falam da morte como necessidade natural e como fato neutro da existência, de modo que apenas a forma concreta como o experimentamos seria marcada pelo mal (Schleiermacher, Barth, Rahner, Boff, Libânio). Fala-se da morte como algo *bom* e necessário para que haja a continuidade da vida. Quer dizer: não é o fato da morte que surge com o pecado, pois a morte sempre existiu e faz parte da obra do criador. O pecado fez surgir apenas o modo negativo concreto, com o qual nos deparamos com a morte. Nesta concepção, a vitória sobre a morte não reside na eliminação da morte, mas sim, no ajudar a pessoa a aceitar sua mortalidade e a morrer de forma correta, na fé.

<sup>5</sup> Peter BRUNNER enfatiza inclusive o seguinte: Das “Sterben [kommt] nur dem Menschen zu... Atome zerfallen, sie sterben nicht. Pflanzen gehen ein, sie sterben nicht. Tiere verenden, sie sterben nicht. Der Mensch

seca do processo evolutivo e como fenômeno que já existia muito antes do surgimento do homem não pode servir de base para descrever o significado da morte do homem. A morte do homem como fenômeno universal nunca é vista nas escrituras como um bem da criação de Deus. Apenas o cristão pode falar na morte como um bem, mas somente a partir do evangelho. Mas como fenômeno universal ela jamais é vista como um bem, e sempre como algo negativo a ser eliminado. Com isto, negamos a visão defendida por muitos de que a morte faz parte do ser do homem, como momento inerente às suas estruturas ônticas. É necessário diferenciar entre a morte e o ser do homem, pois ela não corresponde à boa criação de Deus, mas é resultado da queda. A morte é, portanto, algo estranho ao ser do homem e é experimentada como algo contrário à intenção original de Deus.<sup>6</sup> Ver a morte apenas sob a ótica da consumação de um bom momento da criação é, a partir das escrituras, uma redução no falar teológico da morte. A morte é, isto sim, algo que tem sua origem no ser do pecado e é uma manifestação da ira de Deus sobre o pecado. A morte é, acima de tudo, uma realidade espiritual, não podendo ser apenas constatada empiricamente, mas é algo a ser crido.

A linha bíblica que vê a morte como juízo inevitável de Deus sobre a humanidade culmina no falar bíblico da *segunda morte* (p. ex. Ap 20,14), que atingirá a todos os que não alcançarem a vida eterna. Teologicamente falando, a morte física é uma figura da morte eterna (segunda morte), deixando entrever que não é apenas nosso destino temporal, mas nosso destino eterno que está em jogo. A morte psíquico-física está, neste sentido, aberta a dois desfechos possíveis (salvação e perdição eterna), os quais, por sua vez, estão ligados imediatamente ao falar bíblico do juízo final (veja p. ex. Ap 20,11ss). A morte psíquico-física nos coloca, desta forma, em contato imediato com a esfera do juízo final divino, no qual o desfecho da história de cada um será decidido. Neste sentido, a verdadeira morte a ser temida, não é a morte psíquico-física, mas a morte eterna, que não é outra coisa a não ser a própria condenação eterna de um ser humano, criado à imagem de Deus. A derradeira seriedade da morte reside, portanto, não tanto no fato de morrermos psíquico-fisicamente, mas de passarmos pela morte psíquico-física sem o perdão dos pecados, de modo que a pessoa entre numa situação irreversível de estar sob o juízo e a ira de Deus. O termo bíblico “segunda morte” deveria, portanto, ser diferenciado da morte psíquico-física. A morte psíquico-física pode ser vista tanto sob a luz do juízo, quanto da graça divina, já a morte eterna ou segunda morte pode ser vista apenas sob a dimensão do juízo.<sup>7</sup>

O falar bíblico sobre pecado e morte tem, além deste lado negativo, também

---

aber stirbt.” (em: *Jesus Christus und der Tod*, in: BRUNNER, P. Bemühungen um die einigende Wahrheit. Aufsätze. Göttingen 1977, p. 251.

<sup>6</sup> Há teólogos, como por exemplo o próprio M. Luther, que vêem no destino de Enoque (Gn 5,4) e de Elias (2 Rs 2) um outro paradigma diferente do da morte, a partir do qual a passagem desta vida terrena para a vida celestial poderia ser compreendida.

<sup>7</sup> A morte eterna ou segunda morte não é, do modo como entendo as escrituras, dissolução do homem no nada ou a aniquilação do homem – uma tese aliás difundida nos dias de hoje. A morte eterna é algo pior do que a aniquilação, que implica, no fundo, uma possibilidade de fuga com relação à radicalidade da morte.

uma outra dimensão, que nos é apresentada como evangelho e libertação.

### **b) A morte como libertação e evangelho**

O homem natural, filho de Adão, já traz consigo, ao nascer, o germe da morte. Pela fé em Cristo, porém, este caminho da morte é interrompido e o homem é re-colocado no caminho da vida no qual Deus o havia colocado no princípio. “O salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 6,23; cf. Jo 5,24ss; 11,25s; 1 Co 15; Ap 22). Estas passagens mostram que a libertação da morte e a morte como libertação não são algo que Deus faz de forma direta, mas indireta: a problemática da morte encontra sua solução através da solução do problema do pecado. Assim como o pecado tem a morte como consequência, assim também o perdão dos pecados tem como consequência a vida eterna.

Se todos os seres humanos têm de sofrer a morte como castigo imposto pela lei de Deus, i.é, se todos estão debaixo da lei de Deus, o cristão pode, por sua vez, encarar a morte tanto sob a perspectiva da lei quanto do evangelho: embora ele também tenha que passar pela morte, ela é, para ele, em Cristo, sua libertação definitiva do pecado, o nascimento definitivo do novo homem, sim, seu *vere dies natalis*, como já diziam os pais da Igreja. A morte é e sempre será um castigo sobre o pecado humano, mas para o cristão ela adquire um caráter consolador, pois não tem mais poder sobre ele. O fato de também ele ter de se submeter à morte não deixa de ser um sinal de que também ele mereceu a morte e de que o pecado não é algo que pode ser bagatelizado. Justamente o cristão sabe que ele foi e é um pecador. Mas ainda assim vale: Ela o atinge, mas não poderá mais segurá-lo. Para o cristão, a morte é a realização última da realidade do batismo em sua vida., que reside, em última análise, no morrer e no ser ressuscitado, no sofrer e no ser glorificado com Cristo (Rm 6). A morte se torna em ponte e caminho para a ressurreição. Apenas através do vivenciar desta última execução do juízo divino sobre ele, é que o cristão pode entrar na dimensão da liberdade derradeira dos filhos de Deus. Justamente através do sofrer do estreito e dolorido caminho da morte Deus o conduz ao largo e espaçoso caminho da vida. Também na morte Deus age, como Lutero sempre dizia, *sub contrario*: é nos entregando à morte que ele nos vivifica. È nos tornando pecadores que ele nos justifica. Ela é vivenciada em agonia e tristeza, mas conduz à alegria e à consumação. Para o cristão a morte é lei e evangelho, juízo e graça libertadora ao mesmo tempo. Ela é libertação definitiva e derradeira de todos os poderes da morte e do mal, de todos os sofrimentos. *Só para o cristão a morte é também um bem, e não já para todos os homens*. Note bem: não é a morte, em sí, que nos liberta, mas Deus age salvificamente em nós através dela. Também ela, que é nossa última e maior inimiga, tem de cooperar para o bem dos filhos de Deus (Rm 8,28, cf. especialmente vv. 31ss). Pois nada mais, nem a morte, podem nos separar mais do amor de Deus, que foi manifesto a nós em Cristo Jesus. A morte não tem, desta forma, a última palavra sobre nossa existência.

## 2.4. A problemática hipótese da decisão na hora da morte

Principalmente entre diversos teólogos católicos modernos – como L. Boros, L. Boff e outros – tem sido defendida a hipótese da decisão na morte, i.e., no momento metafísico da passagem desta vida para o além, que acontece, por assim dizer, entre o tempo e a eternidade. Pressupondo-se que o homem foi dotado por Deus com o livre arbítrio nas coisas salvíficas, L. Boff, que neste ponto assume a hipótese de Ladislaus Boros, faz as seguintes afirmações:

“A morte se apresenta como a situação por excelência privilegiada da vida, na qual o homem irrompe numa inteira maturação espiritual, onde a inteligência, a vontade, a sensibilidade e a liberdade podem, pela primeira vez, ser exercidas em sua plena espontaneidade, sem os condicionamentos exteriores e as limitações inerentes à nossa situação-no-mundo. Só agora se dá, também pela primeira vez, a possibilidade de uma decisão totalmente livre que exprima o homem todo inteiro diante de Deus, dos outros e do cosmos. ... Por sua decisão, feita no momento da cisão entre o tempo e a eternidade, o homem determina para sempre seu destino. Até aí, em vida, ele vivia na ambigüidade inevitável da condição humana: ... Condicionamentos de toda a ordem, hereditários, psicológicos, familiares, educacionais, frustrações, ignorância, falta de uma experiência profunda do que seja Deus, ... quem sabe, sentimentos de rejeição por parte dos entes queridos ou dos colegas de convivência. Tudo isso limitava e mediatizava suas decisões livres. ... Todo homem tem em sua vida uma chance, onde ele pode ser totalmente ele mesmo: na morte.... Num momento a todos é oferecida a chance de serem cristãos, de optarem por Deus e por Cristo. Isso vale não somente para os pagãos, mas também para os débeis mentais que jamais chegaram ao limiar da consciência e da liberdade. Também para os milhões e milhões que morrem antes de nascerem. ... [Por isso vale:] Na morte o homem entra na crise mais decisiva de toda sua vida. Tem que decidir-se... Num momento, vê-se a si mesmo, o que foi e não foi. E vendo-se o homem se autojulga e assume a situação que lhe corresponde. ... Ele se tem nas mãos como jamais antes. ... Neste momento de total desmascaramento do homem diante de si mesmo pode dar-se também uma total conversão. Ainda uma vez lhe é oferecida a chance e ele pode decidir-se para a abertura total de si ao Absoluto e à totalidade da realidade criada. ... É por esta decisão que a criação atinge o seu fim ou se frustra.”<sup>8</sup>

Como avaliar esta hipótese, que é muito difundida principalmente no meio católico-romano moderno?

Seu problema maior é a falta de apoio nas escrituras sagradas, que desconhece todo e qualquer discurso de uma decisão na hora da morte, sempre localizando uma resposta humana de fé no evangelho no período de vida de uma pessoa. Por isso as escrituras sempre enfatizam que a morte vem repentinamente e de surpresa e aconselham que se aproveite o “Hoje” da salvação que é oferecida (Mt 7,21s; 24,43; 25,10-13; Lc 12,39; 1 Ts 5,2; 2 Pe 3,10; Ap 16,15). A vida com suas chances acaba sendo desvalorizada nesta concepção. Problemático nesta concepção é também a falta de consideração da dimensão do pecado e o caráter altamente hipotético, de que o momento metafísico da morte colocarão todos os homens numa condição de liberdade absoluta de decisão. Além disso, esta hipótese desconhece o fato de a morte ser um acontecimento que cada ser humano experimenta de forma passiva, assim como seu nascimento. Considerar a morte como possibilidade concernente à faculdades ativas inerentes ao homem é desconsiderar a impotência do homem diante da morte e do pecado.

---

<sup>8</sup> BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte. O presente: seu futuro, sua festa, sua contestação*. 18. Ed. Petrópolis 2000, p. 46-48.

## 2.5. A questão da imortalidade da alma, ou melhor, da imortalidade do homem

Um outro tema extremamente controvertido no âmbito da teologia é a questão da imortalidade da alma. Ela é motivada por algumas passagens das escrituras que parecem não ver a alma como descrição do homem todo, mas sim, como uma espécie de “parte”, que é distinguida do todo do homem (Mt 10,28: “Não temais os que matam o corpo não podem matar a alma....; cf. também 2 Co 5,1-3.8).

O dilema, no qual estas passagens colocam a teologia, é o seguinte: por um lado, as escrituras partem, tanto no antigo como no novo testamento, de um conceito do homem, de acordo com o qual os diferentes termos utilizados para descrever o que é o homem sempre têm como referencial o homem em sua totalidade.<sup>9</sup> Por outro lado, temos algumas passagens com tendências mais ou menos dualistas, como as supra-mencionadas. E a pergunta que fica, é: como resolver este dilema? Vale, destacar que passagens de caráter mais dualista são a grande excessão, se levarmos em conta o todo do testemunho bíblico. Este dilema causou, no entanto, no transcorrer da história, sempre de novo conflitos de interpretações. De um lado temos segmentos da igreja católica-romana, nos quais, a partir de tais passagens e principalmente a partir de argumentos tirados a partir da doutrina platônico-aristotélica da imortalidade da alma, é defendida, até os dias de hoje, a imortalidade da alma. Segundo O. Karrer o ser humano carrega em sua natureza uma “faísca divina” em si, a qual nunca é destruída e a partir da qual, também após a queda, o homem é capaz de se tornar um receptor da palavra de Deus. A salvação escatológica pode ser entendida, neste sentido, restritamente como plenificação do elemento divino já presente na natureza humana. I. é, a graça não salva a natureza humana perdida, como o viam os reformadores, mas complementa a natureza.

Contra esta posição católico-romana foi levantada por teólogos evangélicos, principalmente na primeira metade do séc. XX (W. Elert, K. Barth; H. Thielicke) a teoria da “morte total” (Ganztod-Theorie), segundo a qual o homem morre totalmente, como corpo e alma. Por isso estes rejeitavam todo e qualquer falar da imortalidade da alma como sendo algo não-bíblico. Até mesmo o velho Barth afirmava, que depois da morte não ficava de modo algum uma “alminha” sobrando, a qual “sai baten-

---

<sup>9</sup> Uma apresentação detalhada do significado dos inúmeros termos da antropologia bíblica pode ser encontrada em: WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. 2. Ed. São Paulo 1983, p. 21-113. Os termos hebraicos *nepesch* (alma), *ruah* (espírito) e *basar* (corpo) tem a característica de se referirem, todos eles, ao homem em sua totalidade, aparecendo, por diversas vezes, por exemplo, no lugar de pronomes pessoais. I-gualmente se deixa constatar que os diferentes termos podem inclusive aparecer, em determinados contextos, como sinônimos, podendo ser trocados uns pelos outros. Tais termos não podem, portanto, ser entendidos analiticamente, e sim, sinteticamente, i.é, eles não querem designar partes separados do homem, mas sim, diferentes perspectivas ou pontos de vista, a partir das quais o todo do homem quer ser visto. Os termos da antropologia bíblica querem ser entendidos, portanto, no sentido de uma *sinédoque* (do gr. *sin* + *ek* + *dokeo*: compreensão de uma parte conjuntamente com o todo – q.d.: *pars pro toto*, entender a “parte” como designação do todo). Resumindo: o homem não tem um corpo, uma alma ou um espírito – o que seria um modo dualista ou até tricotômico de falar –, mas é corpo, é alma e é espírito. Isto não anula o fato de que, em determinadas passagens haja uma certa conotação dualizante no uso dos termos. Em virtude deste dilema, há estudiosos que tem sugerido ler as passagens de caráter mais dualista a partir daquelas que enfatizam o aspecto do homem como todo. Em todos os casos é necessário relativizar passagens que parecem falar da “alma” como algo imortal. No NT, *yuchv* não designa algo imortal no homem, como na filosofia grega ou na gnose, e sim, como a palavra do AT (*nepesch*), o homem mesmo (Rm 2,9; 13,1) ou a sua vida (Mt 10,39; Rm 11,3).

do asas como uma borboleta por sobre o sepulcro, para ser conservada em algum lugar e continuar a viver em imortalidade”.<sup>10</sup> Depois da morte não sobra “nada” do homem. E. Jüngel define inclusive em sua obra entrementes clássica (*Tod*) a morte como “o acontecimento da não-relacionalidade, o qual quebra totalmente as relações da vida” (“das Ereignis der die Lebensverhältnisse total abbrechenden Verhältnislosigkeit”).<sup>11</sup> No lugar da imortalidade da alma falava este grupo de teólogos da ressurreição dos mortos como a alternativa bíblica e a única solução para o problema da morte. A ressurreição dos mortos era compreendida como absoluta nova criação. Se a morte não fosse total, tampouco a ressurreição o seria. Na ressurreição Deus nos vivificará por completo, justamente por termos morrido por completo e em nossa totalidade. Neste sentido, “imortalidade da alma” e “ressurreição dos mortos” são dois termos que se excluem mutuamente. A mais forte crítica a esta posição é que ela enfatiza unilateralmente a discontinuidade antropológica, esquecendo quase por completo o momento da continuidade, que está no agir de Deus. A tese da morte total traz em seu bojo tendências niilistas.

Há ainda um grupo de teólogos que defende uma posição intermediária, no sentido de resgatar os momentos de verdade de ambas as antíteses. Recentemente Christian Herrmann<sup>12</sup> defendeu, neste sentido, a tese: Imortalidade da alma através da ressurreição dos mortos. Ele não entenda a alma como elemento constituinte do homem, mas como símbolo da relacionalidade do homem com Deus, que é imortal e irreversível. Alma é, desta forma, o homem todo quanto à sua relacionalidade com Deus. Herrmann retoma a tese da morte total, evitando, porém, suas tendências niilistas. Imortal é o homem não por ter uma alma imortal, mas por estar numa relação irreversível com Deus, que também na morte é mantida da parte de Deus, embora quebre por parte do homem. Herrmann defende, portanto, um conceito *relacional-dialógico da imortalidade humana*, a qual, contudo, só acontece através da quebra da morte e da nova criação na ressurreição. A ressurreição é nova criação, sim, mas resgata os momentos de continuidade intermediados pelo agir de Deus. Ressurreição é, por assim dizer, renovação total e plena do “eu” pré-mortal. A ressurreição dos mortos não é uma segunda criação, que pudesse ser colocada ao lado da primeira, mas é justamente uma criação que renova a primeira. A nova criação não é uma criação Nr. 2, mas a redenção de nossa criação. A morte não é não-relacionalidade, pois da parte de Deus a relação permanece de pé (cf. a metáfora dos livros e do livro da vida). A morte é, desta forma, a eternização da situação do homem diante de Deus: ele terá o destino eterno que através de sua vida se cristalizou: Bem-aventurança ou condenação. A morte torna uma destas duas possibilidades definitiva. Isto tem conseqüências fundamentais para a compreensão do juízo final, pois a ressurreição universal reestabelece o homem afim de que seja julgado segundo suas obras.

---

<sup>10</sup> BARTH, Karl. *Die Auferstehung der Toten*. 2. Ed. 1925, p. 67.

<sup>11</sup> JÜNGEL, Eberhard. *Tod*. Stuttgart/Berlin 1971, p. 145.

<sup>12</sup> HERRMANN, Christian. *Unsterblichkeit der Seele durch Auferstehung. Studien zu den anthropologischen Implikationen der Eschatologie*. Göttingen 1997, p. 29-64.

Resumindo: se seguirmos esta última tendência, a qual considero uma alternativa teologicamente sustentável, então é teologicamente incorreto negar toda e qualquer forma de imortalidade. A pergunta não é se o homem é imortal ou não, mas *como* ele é imortal. Negada deve ser apenas a doutrina platônica ou dualista da imortalidade da alma, e não o conceito relacional de imortalidade. Imortalidade é algo que o homem só alcança, portanto, através da ressurreição dos mortos: 1 Co 15,52s. A fé na ressurreição dos mortos não exclui, mas inclui a concepção da imortalidade humana. H. Pöhlmann afirma, inclusive, que os dois polos se relacionam como início e consumação. No estado intermediário entre morte e ressurreição o homem não cai, desta forma, num vácuo niilista, mas fica sob o agir soberano de Deus.

### **Excurso**

#### ***A trivialização e banalização da morte na atualidade*** **Breve ensaio de uma crítica sócio-cultural<sup>13</sup>**

Ao falarmos teologicamente da morte, é importante que a observemos também como um fato social, afim de que articulemos nossa teologia para dentro do contexto em que vivemos e não de forma descontextualizada.

A sociedade burguesa de hoje banaliza e recalca a morte, expondo-a em quantidade abundante nos meios de comunicação de massa. No cinema e na TV vemos uma massiva industrialização de imagens coloridas de mortes. Milhares e milhares de cenas de morte passam a povoar, com o tempo, a nossa retina, mortes que se sucedem com tal velocidade que deixam após si a sensação de insensibilidade diante da experiência mais radical do homem. Banalizar termina por recalcar. Recalca-se, silenciando ou fugindo para dentro do barulho das imagens. Assim, o homem moderno acaba, cercado de mortes, fugindo da morte – ela se torna em tabu. Evita-se o contato com os moribundos e mortos. Há uma privatização da morte. O morto desaparece rapidamente do mundo visual do hospital, para não perturbar a ninguém. Interessante também é a forma de morrer no mundo burguês. Toda a dimensão da morte como juízo é expurgada e desaparece. Morre-se encharcado de sons, de perfumes e de drogas. Mas nunca enfrentando o desafio radical da morte. Foge-se da morte preparada e esperada, acompanhada com orações e sacramentos da igreja. A morte é, por muitos, abolida do horizonte da consciência, da reflexão, evitando assim o impacto metafísico causado por sua irrupção. Nada pode impedir ou perturbar a fruição da vida. Fala-se, inclusive, de um “American way of Death”, que é uma morte civilizada, sem angústias. As técnicas modernas são usadas para apagar qualquer traço de morte na sociedade dos vivos. Estudam-se as condições emocionais dos moribundos, para neutralizar tudo o que há de penoso, triste e pesaroso com a morte do familiar, tais como sentimento de culpa, perturbações interiores, dor, lágrimas ou desespero. Camufla-se tudo o que é repulsivo na presença do morto. Produz-se a impressão de que a pessoa não desapareceu, apresentando-a, através de maquiagem

---

<sup>13</sup> Cf. LIBÂNIO, João Batista; BINGEMER, Maria C. L. *Escatologia cristã*. 3. Ed. Petrópolis 1996, p. 165ss.

gem, exteriormente na condição em que os familiares preferiam vê-la. A morte é tornada, deste modo, em um acontecimento feliz para os circunstantes. Há uma dessacralização generalizada da morte. Cultiva-se a vaidade da família, usando do símbolo do status social, do desejo de ver o morto continuar a viver na história como homem famoso. Resumindo: à morte é retirado qualquer traço do golpe radical que perturbe a tranquilidade da sociedade burguesa. O silêncio burguês visa, não por último, tirar-lhe qualquer culpabilidade em relação à morte injusta e precoce de tantos pobres, como se eles não tivessem nada que ver com sua condição burguesa de classe.

Mas este é apenas um lado. Há também o outro, mais experimentado no mundo dos pobres, nas favelas, entre as grandes massas populacionais nos países do terceiro mundo. Neste meio a morte é precoce e, muitas vezes injusta. Companhia de todos os dias. Morte na infância, com milhões de crianças que não atingem os primeiros anos de vida. Morte de inanição em qualquer momento da vida. Morte de doenças endêmicas, já há tanto tempo vencidas em países do primeiro mundo. Não podemos deixar de ver que hoje, como o tem visto muito bem a teologia da libertação, morrem milhões por incapacidade social, por decisão de interesses políticos gigantescos, por omissão e culpa humana, como resultado de uma política que é centralizada muito fortemente na expansão do mercado mundial. Há um número sem fim de mortes que decorrem de condições precárias de alimentação, da superexploração do trabalho, não deixando ao trabalhador tempo para refazer as energias despendidas na hora do trabalho, nas horas extra ou nos penosos meios de transporte. Embora a expectativa média de vida do brasileiro esteja em torno ou acima dos 60 anos, no nordeste esta média baixa para 43 anos em muitos lugares. Esta morte massiva de pobres, por mais diversos que sejam os fatores que a causam, não deixa de ser um libelo de acusação à nossa sociedade. Milhões são as vítimas do Moloch moderno, que é o mercado mundial. Mesmo que vejamos uma certa unilateralidade na seguinte declaração de J. B. Libânio, ela não deixa de ter um grande fundo de verdade, que é um desafio também à nós: "O atual sistema político-econômico, com sanha insaciável, devora os pobres no fundo das minas e fábricas, na sujeira dos casebres, na precariedade das condições de trabalho e de moradia, na abundância das endemias. Como o ídolo, ele se alimenta das vítimas ou obriga-as à servidão."<sup>14</sup>

Que atitude devemos tomar a este respeito? Creio que aqui cumpre ver principalmente o prolongamento da vida e o combate às dimensões culturais e políticas negativas da morte na sociedade como tarefa política. A política não tem a ver com salvação, mas pode e deve se tornar em instrumento de Deus para prolongar e possibilitar a vida neste mundo até o dia da consumação. O combate à morte e a defesa e a promoção da vida são uma tarefa política premente também para nós, como cristãos. A morte tem, também para o cristão, uma dimensão social-crítica. A única coisa que não devemos fazer é misturar política e soteriologia. Assim sendo, somos tanto promotores da vida terrena como testemunhas da vida eterna. Como pessoas que vivem no velho mundo, mas já tomam parte no novo, participamos das duas realida-

---

<sup>14</sup> Op. cit., 170.

des, de modo que é nosso dever atuar tanto na área sócio-política como na estritamente religiosa, pois ambas as esferas estão sob o senhorio de Deus.

## **II. A problemática em torno do assim chamado estado intermediário<sup>15</sup>**

A pergunta pelo assim chamado estado intermediário (entre a morte do indivíduo e a consumação do mundo por ocasião da vinda de Cristo na consumação dos tempos ) tem suas raízes no próprio NT e tem sido sempre de novo colocada: Estão os mortos já imediatamente após a morte com Cristo, experimentando, por assim dizer, antes da ressurreição definitiva, a comunhão com Deus (assim Fp 1,20-25 e Lc 23,43)? Ou estarão experimentando seu agir salvífico apenas à partir da ressurreição final por ocasião de sua vinda (assim 1 Ts 4,13ss; 1 Co 15,50ss)? É possível falar de uma bem-aventurança dos mortos antes da ressurreição? I.é: pode-se falar de bem-aventurança enquanto o ser humano não tiver sido revestido ainda com o novo ser da ressurreição (o Quer dizer: Qual é o destino dos mortos? Experimentam eles de imediato a decisão definitiva, que a vinda de Cristo trará consigo? Ou terão eles que esperar (como nós)? Como podemos descrever sua situação entretentes? Se encontram eles no purgatório, como o afirma a teologia católica a respeito de todos os batizados que partiram desta vida numa situação de pecado (não mortal)? Há lugares onde os mortos ou suas almas se encontram?

De início vale destacar que em muitas das comunidades primitivas esta pergunta não era premente. Esperava-se a vinda de Cristo ainda naqueles dias. Não é por acaso que os cristãos de Tessaloniki se assustaram ao morrerem os primeiros membros de sua comunidade antes que Cristo tivesse voltado (cf. 1 Ts 4,13ss). Se olharmos para a resposta de Paulo a respeito do problema, não encontraremos nenhuma declaração mais exata sobre este tema. Ele não fala do modo de existência no além. Ele manifesta apenas a esperança de estar brevemente com Cristo e de ser unido a ele (Fp 1,23; 2 Co 5,8). O NT, no geral, parece pressupor que os mortos no Senhor estão com o Senhor (Hb 12,23; Ap 7,9ss). E em Lucas encontramos a palavra de Jesus ao malfeitor arrependido: “Hoje ainda estarás comigo no paraíso” (23,43). Por outro lado Paulo fala da morte como adormecer e fala dos mortos como aqueles que dormem.

Causadora de muita confusão, neste contexto, é a parábola do rico e de Lázaro, encontrada em Lc 16,19ss, que parece intencionalmente descrever a situação pós-mortal dos salvos e dos perdidos. Ao meu ver, é imprescindível que levemos em consideração, ao interpretarmos esta passagem, o fato de que se trata de uma “parábola” e não de uma palavra profética de Jesus. Ora, parábolas não podem ser interpretadas literalmente, mas cumpre sempre achar o “ponto de comparação” (*tertium comparationis*) das mesmas em sua referência ao reino de Deus.

---

<sup>15</sup> Cf. BEIßER, Friedrich. Op. cit., 315-317.

A parábola do rico e de Lázaro não quer ser uma descrição do mundo pós-mortal, mas me parece querer transmitir basicamente os seguintes ensinamentos a respeito da vida após a morte: a) A existência pós-mortal corresponde à postura que a pessoa teve para com Deus (e com o próximo) em vida e, acima de tudo, à postura que a pessoa teve em vida com relação “à Moisés e aos Profetas”, i.é., com relação à palavra; b) Há um duplo desfecho na história da humanidade; c) no além não há mais possibilidade de mudança de destino. O núcleo teológico central desta parábola é o chamado, para que cada ser humano *ouça*, i.é., atente para o chamado de Deus, que os encontra por meio do testemunho bíblico: V 29: *Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos!*

Na Igreja Antiga a concepção de uma espécie de estado intermediário teve, em pouco tempo, ampla aceitação (Justino, o Mártir; Tertuliano; Ireneu de Lion). Segundo esta visão, os mortos estariam ou numa espécie de pré-inferno ou numa espécie de pré-céu em estado de bem-aventurança provisória. Esta visão também predomina no seio das Igrejas cristãs ortodoxas. Mais tarde formou-se a concepção do purgatório, partindo-se de declarações de Agostinho e Orígenes, a qual encontrou na Idade Média ampla divulgação, sendo ela também largamente difundida ainda hoje no contexto do catolicismo popular brasileiro.

Os reformadores diferiam em sua posição quanto a este tema. Lutero procurou retomar a metáfora paulina do sono ou do dormir dos mortos, enfatizando que os mortos, pelo fato de estarem fora da dimensão do tempo, experimentariam o estado intermediário como algo tão pontual como o sono de uma noite. Assim como alguém que dorme não percebe o tempo passar, assim Adão e todos os santos se admirariam, por mal e mal terem adormecido e já se encontrarem no dia do juízo final, embora tivessem passado alguns mil anos. Quer dizer: sob a perspectiva do morto ou pós-mortal as coordenadas de tempo e espaço deixam de existir, de modo que o estado intermediário é algo pontual, não podendo ser circunscrito em categorias de tempo e espaço, como acontecem com a concepção do purgatório. O estado intermediário é, portanto, um estado existencial, no qual todos os seres humanos se encontram sob o agir divino. A morte marca o fim absoluto do ser humano, mas Deus continua a agir neste ser humano, fazendo com que todos, os bons e os maus venham a ressuscitar no dia da vinda de Cristo. Já sob a perspectiva pré-mortal Lutero enfatiza a necessidade de ver que os mortos apenas ressuscitarão no dia da vinda de Cristo, de modo que na percepção dos que permanecem vivos os mortos tem de, por assim dizer, esperar até a consumação do mundo na vinda de Cristo. Mas os mortos mesmo não experimentam a sua consumação pessoal do mesmo modo como os vivos. Mal morreram, já estarão com o Senhor. Lutero rejeitou a concepção mais topográfica do que existencial católico-romana, que falava de cinco lugares dos mortos no além. Mas as declarações de Lutero não são unânimes. Por diversas vezes ele tendia a falar em linguagem mais dualista no sentido da imortalidade da alma. Já Calvino falava da imortalidade da alma e de que a alma ficava acordada na presença de Deus, esperando a ressurreição do corpo. A ortodoxia protestante tendia a ver que com a morte já acontecia uma espécie de separação das almas, de modo que umas já se encontrassem em um estado provisório de consumação ou de perdição.

Eu pessoalmente creio que não é possível fundir as diferentes e ao mesmo tempo poucas colocações da Bíblia em uma imagem nítida e sem contradições. Eu creio também que não é possível, a partir das escrituras, fazer declarações concretas sobre o assim chamado estado intermediário. Certo é que os mortos estão sob o agir de Deus, que sua existência não cai para fora da relação com Deus e de que Deus a todos ressuscitará com o fito de tomarem parte no juízo final.

Sóbria é a declaração de Theodor Haarbeck sobre o assunto:

“A escritura não nos dá uma resposta clara a estas perguntas. Sobre as condições existentes entre a morte e a ressurreição, e sobre o tipo de vida no sombrio reino dos mortos sabemos quase nada. Além do fato de não nos ser dada nenhuma revelação sobre isso, falta-nos também a força de imaginação para as coisas relacionadas a outro mundo, singular e diferente do nosso. É um mundo sem corporalidade, pois nossa corporalidade terrena já não existe e a corporalidade celeste ainda não existe. Por isso também não temos resposta para a pergunta: Onde fica o hades?”<sup>16</sup>

A doutrina do **purgatório** não encontra nenhum amparo nas escrituras<sup>17</sup> e representa, além disso, uma negação da obra de Cristo, pois parte da perspectiva de que cada alma está pagando através de seus tormentos as suas penas (alma penada). Ela pressupõe que se possa exercer alguma influência sobre o destino humano além da morte. Momento central desta doutrina é a intercessão da igreja e dos santos pelos mortos. Tal idéia imagina a vida após a morte como análoga a esta vida, pensamento este estranho ao NT. A doutrina do purgatório é uma negação da doutrina da salvação exclusiva pela graça de Deus e pelos méritos de Cristo. Afinal não são os sofrimentos dos homens e sim os de Cristo que expiam as nossas culpas. O purgatório é uma negação da doutrina da justificação, como bem o viam os reformadores. Além disso, o juízo final perde sua seriedade e a morte o seu caráter de definitividade. É um erro postular um lugar ou situação existencial pós-mortal no qual poderíamos compensar as nossas deficiências na vida pré-mortal. Importa viver já aqui do perdão que nos é oferecido, que suficiente para nos purificar de nossos pecados. Qualquer crescimento ou purificação em um estado intermediário além da morte diminuiria nossa responsabilidade histórica nesta vida.

Igualmente problemático é o tema das **indulgências**, que ainda hoje tem certa atualidade. Através delas pensa-se que sanções eclesiais inconvenientes podem tornar-se em sanções mais convenientes ou até ser totalmente suspensas. As indulgências não foram aplicadas apenas às penas terrenas, mas também com relação às penas no purgatório, de modo que a Igreja estendeu até lá seu poder de absolvição. A indulgência é vista como sendo importante para os que ainda não havia terminado sua preparação para a morte, pois concede aos enlutados um instrumento para melhorar a sorte de seus entes queridos no além. M. Luther criticou duramente tais prá-

---

<sup>16</sup> HAARBECK, Theodor. *Está Escrito. Dogmática Bíblica*. São Bento do Sul 1987, 164.

<sup>17</sup> A igreja católica romana aponta normalmente para a passagem apócrifa de 2 Macabeus 12,44s: “Pois se ele [Judas Macabeu] não esperasse que aqueles que tinham caído se erguessem novamente, teria sido supérfluo e tolo orar pelos mortos. Porém se contava com a esplêndida recompensa que está guardada para aqueles que adormecem em piedade, isso era um pensamento santo e devoto. Portanto, ele fez expiação pelos mortos, para que fossem libertos de seu pecado.” Na teologia católica atual a maioria dos teólogos admite a falta de base bíblica do purgatório, apontando para o testemunho dos pais (tradição) como base principal para a mesma.

ticas em seu escrito fulminante: *Rejeição do purgatório* – 1530.

Problemática também é a idéia de que as almas estariam sem o corpo amparadas pelo Senhor. Pois neste caso a ressurreição significaria, que as almas, que em si já desde a morte se encontrariam salvas, seriam meramente revestidas de um corpo. A nova criação abrangeria apenas o corpo e não a totalidade do homem.

**Resumindo**, parece-me ser importante, ao lermos as escrituras, distinguirmos sistemático-teologicamente entre uma ***perspectiva pré- e outra pós-mortal quanto ao assim chamado estado intermediário***. Os que morreram no Senhor estão guardados pelo seu agir, já agora. E ainda assim eles têm de “esperar” a consumação visível do mundo na vinda de Cristo. Mais do que isto não podemos saber. Parece-me que a pergunta pelo estado intermediário é mais um problema dos vivos do que uma experiência dos mortos, pois – assim poderíamos dizer – para eles, a diferença entre sua morte e o dia da parusia serão experimentados de modo equivalente à diferença entre um abrir e fechar de olhos. Em todos os casos eles estão sob o agir de Deus, que efetua neles o trânsito entre esta vida e a vida além, sem permitir que suas existências se percam (cf. a metáfora bíblica dos “livros” a serem abertos no juízo final). Os mortos *são (i.é existem)*, mas se encontram numa dimensão além de todas as possibilidades de descrição racional ou empírica, estão sob o agir de Deus. A morte é, antropologicamente falando, a quebra absoluta de seu ser, mas, por nosso ser ser justamente definido a partir de sua relacionalidade com Deus e pelo fato de Deus não permitir que a relação de cada ser humano com ele – seja ela de fé ou de incredulidade – se perca, a morte não pode significar jamais a aniquilação do ser humano. Há, portanto, uma linha de continuidade entre a situação pré- e pós-mortal, a qual é, contudo, intermediada única e exclusivamente pelo agir soberano de Deus. Por fim, vale destacar que este interim nunca ocupou, nas escrituras sagradas, posição central. A esperança está basicamente centrada na parusia de Cristo, no juízo final e na ressurreição dos mortos (1 Ts 4,13ss; 1 Co 15; 2 Co 5,1ss), perdendo o interim pós-mortal, à luz destes dados centrais, sua relevância. e seu peso.